



TRILHAS E DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Sônia Caldas Pessoa

Phellipy Jácome

ORGANIZAÇÃO





TRILHAS E DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Sônia Caldas Pessoa

Phellipy Jácome

ORGANIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Paula Guimarães Simões
Sub-Coordenador: Daniel Reis Silva

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Libero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T829

Trilhas e desafios do ensino remoto emergencial [livro eletrônico] / Organização Sônia Caldas Pessoa, Phellipy Jácome. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022 – (Olhares Transversais; v. 1)
366 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-62-5

1. Educação. 2. Práticas de ensino. 3. Tecnologias educacionais. I. Pessoa, Sônia Caldas. II. Jácome, Phellipy.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2022.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Gracila Vilaça

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

| Sumário

APRESENTAÇÃO	
Práticas pedagógicas: trilhas e desafios do Ensino Remoto Emergencial	13
<i>Sônia Caldas Pessoa, Phellipy Jácome, Nísio Teixeira e Daniel Melo Ribeiro</i>	
I. EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS	25
CAPÍTULO 1	
O Ensino Remoto Emergencial nos cursos de graduação da UFMG: planejamento coletivo, implementação e avaliação	27
<i>Benigna Maria de Oliveira, Bruno Otávio Soares Teixeira e Maria José Batista Pinto Flores</i>	
CAPÍTULO 2	
Participação ativa e construção de modelos e rotinas do trabalho remoto	43
<i>Bruno P. W. Reis e Thais Porlan de Oliveira</i>	

CAPÍTULO 3	
“Mas de tudo, terrível, fica um pouco,”	49
<i>Elton Antunes</i>	
CAPÍTULO 4	
O Ensino Remoto Emergencial e a Pós-Graduação em Comunicação na UFMG	59
<i>Bruno Souza Leal e Carlos d’Andréa</i>	
CAPÍTULO 5	
A experiência do trabalho remoto do NDE integrado dos cursos de graduação de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas	67
<i>Vanessa Cardozo Brandão e Phellipy Jácome</i>	
CAPÍTULO 6	
Desafios e impactos do Ensino Remoto Emergencial no cotidiano do Colegiado de Jornalismo	75
<i>Sônia Caldas Pessoa e Phellipy Jácome</i>	
CAPÍTULO 7	
O Ensino Remoto Emergencial no curso de Publicidade e Propaganda da UFMG: análise das experiências e desafios de estudantes e professores durante os dois semestres de 2020	81
<i>Lucianna Furtado, Ana Carolina Vimieiro e Pablo Moreno Fernandes</i>	
CAPÍTULO 8	
Conquistas e Desafios do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na Coordenação dos Cursos de Psicologia e Ciências Sociais	101
<i>Erika Lourenço e Nina Rosas</i>	

II. EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS	113
CAPÍTULO 9	
Ser bolsista no ERE: planejamento, desafios e experiências	115
<i>Ana Paula Gondim, Matheus Miguel e Clara Silva</i>	
CAPÍTULO 10	
“Oi! Gente, alguém sabe sobre isso?”: a experiência dos alunos e representantes de turma com o grupo de repasses do Colegiado de Jornalismo	123
<i>Bruna de Souza Gomes e Teresa Cristina Silva Pereira</i>	
CAPÍTULO 11	
"Tem alguém aí?" Um ERE na sala de aula	135
<i>Carlos Magno Camargos Mendonça</i>	
CAPÍTULO 12	
Da emergência à permanência: o que fica e o que sai com o ERE?	145
<i>Camilo Aggio</i>	
CAPÍTULO 13	
No tempo da delicadeza: experiências de acessibilidades possíveis e hospitalidade	153
<i>Camila Maciel C. A. Mantovani e Sônia Caldas Pessoa</i>	
CAPÍTULO 14	
Tornar sensível a mediação digital: um experimento de cocriação decolonial em diálogos com Filosofias Afrodiaspóricas e Ameríndias da imagem	177
<i>Luciana de Oliveira, Ana Paula Veras Camurça Vieira, Elison Oliveira, Ester Antonieta Santos, Fábio de Carvalho, Frederico Mendes de Carvalho, George Ulysses, Rodrigues De Sousa, Iago Porfírio, Leandro Silva Lopes, Leonardo Mont'Alverne Câmara, Rafael de Amorim Albuquerque e Mello e Washington Luis Santos Oliveira</i>	

CAPÍTULO 15	
Entre o “Fora” e o “Dentro” da Sala de Aula: relato de experiência de práticas laboratoriais online no ensino da Comunicação	191
<i>Vanessa Cardozo Brandão</i>	
CAPÍTULO 16	
<i>Ver junto</i> ou compartilhar a tela? A imagem em movimento nas salas de aula em tempos de pandemia	205
<i>Eduardo de Jesus</i>	
CAPÍTULO 17	
Mulheres Não Heterossexuais: articulação de copresença para inclusão de todxs xs estudantes	219
<i>Joana Ziller</i>	
CAPÍTULO 18	
Sons da Pandemia: um relato das práticas pedagógicas na disciplina Som e Sentido em tempos de ensino remoto e isolamento social	229
<i>Graziela Mello Vianna</i>	
CAPÍTULO 19	
Rádio pandêmico: experiências afetivas no Laboratório de Rádio e Mídias Digitais	243
<i>Sônia Pessoa, Phellipy Jácome e Jessica Almeida</i>	
CAPÍTULO 20	
Estamos juntos, de outra forma: a performance da presença como metodologia de ensino-aprendizagem em dimensão remota e afetiva	257
<i>Juarez Guimarães Dias e Márcio Jorge Alves Cardoso de Melo</i>	

CAPÍTULO 21	
Experiências temáticas de pesquisa em Projetos C-Jornalismo a partir dos acervos da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional	283
<i>Nísio Teixeira</i>	
CAPÍTULO 22	
Como elaborar o projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso	309
<i>Carlos Alberto de Carvalho</i>	
CAPÍTULO 23	
Interações comunicativas no contexto do Ensino Remoto Emergencial: desafios e possibilidades	325
<i>Paula Guimarães Simões</i>	
CAPÍTULO 24	
Encontros possíveis em meio ao isolamento social: reflexões éticas, políticas e comunicacionais na experiência do ensino remoto	333
<i>Ângela Cristina Salgueiro Marques</i>	
Sobre as autoras e os autores	349

CAPÍTULO 1

O Ensino Remoto Emergencial nos cursos de graduação da UFMG: planejamento coletivo, implementação e avaliação

BENIGNA MARIA DE OLIVEIRA

BRUNO OTÁVIO SOARES TEIXEIRA

MARIA JOSÉ BATISTA PINTO FLORES

A decretação da pandemia da doença covid-19 pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, afetou de maneira abrupta todos os níveis de ensino, especialmente, pela suspensão praticamente imediata das atividades presenciais. Nesse contexto, em 18 de março de 2020, por meio de Portaria da Reitora e considerando as recomendações do Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do Novo Coronavírus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e das autoridades sanitárias municipais quanto a medidas de proteção e segurança, foram suspensas, por tempo indeterminado, as aulas presenciais dos Cursos de Graduação, Pós-Graduação, Extensão e da Educação Básica e Profissional nos campi da UFMG em Belo Horizonte e Montes Claros.

Foi nesse momento, diante das circunstâncias impostas pela pandemia, que a instituição se viu desafiada a organizar o processo de ensino-aprendizagem sem a interação física entre os docentes e os estudantes. Neste capítulo, é apresentado um breve histórico das reflexões e recomendações da Câmara de Graduação (CG) do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFMG durante o processo de planeja-

mento e implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), assim como são relatadas algumas ações, executadas em parceria com outras instâncias institucionais, que foram fundamentais para dar suporte e viabilizar esse processo.

Imediatamente após a suspensão das aulas presenciais, teve início uma intensa movimentação por parte dos diversos segmentos da UFMG, envolvidos com o ensino de graduação, na busca por informações e orientações. A possibilidade de realização de atividades “a distância” gerou intensa preocupação nos estudantes que relatavam dificuldade de acesso à internet e a equipamentos adequados, necessidade de retornar às cidades de origem, o que também dificultaria, para alguns, o acompanhamento dessas atividades. Por parte dos docentes, coordenadores de Cursos de graduação e diretores de Unidades acadêmicas, as principais dúvidas estavam relacionadas a uma possível autorização para utilização de tecnologias de informação e comunicação (TDIC) para dar continuidade às atividades didáticas e avaliativas e qual seriam os limites normativos e as diretrizes pedagógicas.

Diante dessa situação sem precedentes, a CG reuniu-se, em 19 de março de 2020, para analisar as normativas recém-publicadas pelo Ministério da Educação (MEC), as quais dispunham sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia da covid-19, podendo a instituição optar ou não pela referida substituição. A CG considerou indispensáveis, para a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais (ou por atividades didáticas a distância), os seguintes parâmetros: i) condições de oferta e acesso a todos os discentes, ii) garantia de qualidade do ensino ofertado e iii) cumprimento das normas vigentes que compreendiam a Resolução CEPE Nº 13/2018, a Portaria MEC Nº 2117/2019 e a Portaria MEC Nº 343 (alterada pela Portaria MEC Nº 345).

A CG avaliou que a heterogeneidade do corpo discente da UFMG não permitia, naquele momento, garantir que todos teriam acesso frequente e estável aos recursos computacionais necessários para acompanhamento das atividades. Cabe destacar que as Portarias do MEC determinavam como responsabilidade das instituições de ensino a “disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conte-

údos ofertados bem como a realização de avaliações”. Os relatórios do Setor de Estatística da Pró-reitoria de Graduação (Prograd) apontavam que, em 2019, 56% dos ingressantes na graduação da UFMG declararam renda familiar de até cinco salários-mínimos, 49% não residiam em Belo Horizonte e mais de um quarto dos estudantes eram assistidos pela Fundação Mendes Pimentel (Fump), ou seja, estavam em situação de vulnerabilidade social. Diante dessa realidade, uma grande parcela dos estudantes dependia dos espaços da UFMG, que se encontravam fechados, para realizar as atividades a distância, e, portanto, a Universidade não teria como assegurar a disponibilização dessas ferramentas a todos de forma equânime e inclusiva.

Considerando a impossibilidade de garantir a equidade de tratamento aos estudantes, a CG tomou a decisão unânime de recomendar que o ensino de graduação da UFMG não substituísse as aulas presenciais por aulas em meios digitais e que também fossem suspensas as atividades avaliativas presenciais ou a distância e tarefas síncronas das disciplinas dos Cursos de graduação da UFMG. As decisões tomadas naquela reunião da CG apontaram os princípios que balizaram todas as discussões para o planejamento e implementação do ERE na UFMG: cuidado com a vida e a segurança da comunidade, equidade de tratamento aos/às estudantes e qualidade do ensino ofertado, atentando-se para o perfil do egresso que a UFMG deseja formar.

Naquelas primeiras semanas, quando a Universidade começou a lidar com as mudanças decorrentes das medidas de distanciamento social, não houve tempo para uma reflexão aprofundada sobre o que significaria essa interrupção das atividades presenciais. Estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos (TAE) tiveram que ajustar suas vidas, de maneira inesperada, ao cotidiano desconhecido do confinamento. Não somente a implementação do trabalho remoto nos setores administrativos e a intensificação das atividades de pesquisa e de assistência na área da saúde, voltadas para o enfrentamento do novo coronavírus, foram consideradas urgentes, mas também se identificou a necessidade imediata de construção de alternativas para viabilizar as atividades de ensino e para assegurar o vínculo dos estudantes com a instituição, tendo em vista a previsão de longo período de interrupção

das atividades presenciais. De forma simultânea e integrada, as diversas instâncias envolvidas com o ensino de graduação começaram a trabalhar, no âmbito de suas competências.

A construção da política de inclusão digital, coordenada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) e pela Fump, foi fundamental. Essa construção teve início com uma consulta aos estudantes de graduação e pós-graduação para entender o seu perfil e suas necessidades para o acompanhamento das aulas em meios digitais. A partir dessa avaliação, foram lançadas diversas “Chamadas de Auxílio à Inclusão Digital”, direcionadas para grupos e necessidades específicas, contemplando estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, incluindo chamadas direcionadas para estudantes com deficiências, indígenas, quilombolas e para a população do campo. Essas chamadas foram acompanhadas pela manutenção da maior parte das modalidades de auxílio direcionadas aos estudantes assistidos pela Fump de forma a contribuir para a sua permanência na Universidade, em um momento para o qual já se vislumbrava o agravamento das desigualdades sociais. A Administração Central determinou que fosse mantido o pagamento das bolsas acadêmicas, destinadas aos estudantes participantes de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, foi necessária a adaptação dos planos de trabalho dos bolsistas para que as atividades fossem desenvolvidas no modo remoto. Mais adiante, foi possível verificar o quanto a manutenção dessas bolsas foi importante para a continuidade dos diversos projetos, muitos relacionados a ações de enfrentamento da pandemia, para o suporte ao ensino remoto e para que muitos estudantes tivessem, pelo menos, um apoio financeiro mínimo.

Planejamento coletivo e implementação do ERE

Em 14 de maio de 2020, o CEPE deliberou que as Pró-Reitorias e as Câmaras do CEPE iniciassem discussões com vistas ao planejamento para retomada de atividades, considerando medidas de curto, médio e longo prazo. Ainda que não fosse possível prever datas para o retorno de atividades presenciais, avaliou-se que era fundamental que esse planejamento fosse iniciado em amplo diálogo com a comunidade acadêmica e os órgãos Colegiados.

No que diz respeito ao ensino de graduação, a CG já vinha realizando, desde abril de 2020, discussões, tomando como pergunta orientadora: “que processos de ensino-aprendizagem estamos fomentando ou gostaríamos de fomentar?”, considerando que essa reflexão deveria contribuir para a definição de ações emergenciais, mas também para avaliação e aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem conduzidos na Universidade.

Foram estabelecidos, inicialmente, os princípios norteadores para esse planejamento, que reiteraram aqueles apontados pela CG em março de 2020, como a garantia da qualidade do ensino ofertado, a atenção à heterogeneidade do corpo discente na avaliação das condições de oferta das atividades acadêmicas curriculares, devendo ser estabelecidas políticas de apoio e acompanhamento para estudantes em situação de vulnerabilidade, e a necessidade de cumprimento das normas vigentes, com atenção aos casos excepcionais. No entanto, outros aspectos foram incluídos como a importância de se considerar também a diversidade do corpo docente, dos Cursos, das áreas do conhecimento e das Unidades Acadêmicas, a situação de infraestrutura física e de tecnologia da informação da Universidade e as propostas apresentadas pelo Comitê de acompanhamento das demandas discentes. O retorno escalonado às aulas e demais atividades presenciais deveria ser planejado em sintonia com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades sanitárias e pelo Comitê Permanente da UFMG. Nesse contexto, a primeira ação indicada pela CG foi a realização de uma consulta aos Colegiados de Cursos de Graduação e respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE). As diretrizes gerais para o planejamento e ações correspondentes seriam estabelecidas pela Câmara de Graduação, com participação de Colegiados e NDE, no âmbito de suas competências, tendo como referência inicial os resultados obtidos por meio da referida consulta.

Em relação à consulta, a CG recebeu, até o dia 12 de junho de 2020, respostas de 77 (99%) dos 78 Colegiados, correspondendo a 89 (98%) dos 91 Cursos de graduação. Após analisar os resultados desse diagnóstico, a CG deliberou pela criação de três grupos de trabalho (GT) para definição de diretrizes para comunidade acadêmica quanto a: i) estratégias de ensino-aprendizagem; ii) atividades avaliativas para os estu-

dantes e ações de avaliação e monitoramento das estratégias adotadas no processo de retomada das aulas; e iii), possibilidades de flexibilização do regime acadêmico. Esses grupos de trabalho contaram com a participação de representantes docentes e discentes de diferentes áreas do conhecimento. Considerando que as circunstâncias não permitiam, naquele momento, o retorno às atividades presenciais e, mesmo naqueles casos excepcionais em que as atividades presenciais fossem consideradas imprescindíveis, elas só poderiam ocorrer com os devidos cuidados de biossegurança, incluindo as medidas de distanciamento social, foi proposto que a retomada das atividades acadêmicas curriculares ocorresse em três etapas:

- Etapa 1: diagnóstico, planejamento, regulamentação da oferta e integralização de atividades acadêmicas complementares e de atividades voltadas para os concluintes, e preparação e formação dos docentes para as atividades de ERE
- Etapa 2: implementação do ERE
- Etapa 3: ERE com ampliação gradual das atividades presenciais.

Além disso, a CG assumiu como premissa que, caso fosse definida a retomada das atividades por meio do ensino remoto, essa opção deveria ser encarada como temporária e emergencial, não significando migração para a modalidade de ensino “Educação a Distância”, que apresenta regulamentação própria, requer planejamento de estratégias e mediação pedagógica específicas e profissionais capacitados.

Essas propostas foram aprovadas pelo CEPE em 10 de junho de 2020, assim como as principais ações e condições consideradas imprescindíveis para viabilizar a realização de cada uma dessas etapas. Entre as condições consideradas fundamentais para o início da etapa 2 (ERE), cabe destacar a importância de que houvesse a implementação de uma política de inclusão digital da Universidade, garantindo condições de acesso a tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) pela comunidade discente, assim como o estabelecimento e divulgação de diretrizes para o uso de TDIC disponibilizadas aos docentes ou indi-

cadadas pela Instituição para prática do ERE e que fosse estabelecido um prazo suficiente para adaptação dos diversos segmentos envolvidos antes da retomada das atividades.

Tendo como referência essas reflexões e propostas, em 09 de julho de 2020, o CEPE aprovou a Resolução CEPE N° 02/2020, que dispõe sobre a regulamentação do ERE para os Cursos de graduação da UFMG durante período de pandemia da doença covid-19. Nessa resolução, o ERE foi definido como regime de ensino adotado temporariamente para desenvolver as atividades acadêmicas curriculares com mediação pedagógica assentada nas tecnologias digitais de informação e comunicação, possibilitando a interação estudante-docente-conhecimento.

Diante disso, estava regulamentado o ERE para substituição temporária das aulas presenciais de atividades acadêmicas curriculares teóricas, práticas ou teórico-práticas dos Cursos de graduação da UFMG, em caráter excepcional. A definição das atividades acadêmicas curriculares que seriam ofertadas de acordo com o ERE, ficaria a cargo dos Colegiados, ouvidos os Departamentos ofertantes. De acordo com a Resolução, deveriam ser implementadas ações que favorecessem à integralização dos Cursos, priorizando-se os estudantes concluintes. Outros aspectos que merecem destaque são aqueles relacionados à flexibilização do regime acadêmico, como a concessão automática de dois períodos letivos no tempo máximo de integralização (TMIR) atribuído ao estudante, não aplicação do desligamento por infrequência, a aprovação de requerimentos de trancamento total ou parcial de matrícula com justificativa por motivo de impossibilidade de acompanhamento das atividades remotas durante período de pandemia da doença covid-19.

Para dar apoio aos docentes, discentes e TAEs, foi elaborado, por dois dos Grupos de Trabalho (GT Ensino-aprendizagem e GT de Atividades avaliativas) instituídos pela CG, o guia “Ensino Remoto Emergencial na UFMG”, que contém diretrizes para o processo de ensino-aprendizagem no contexto de ERE nos Cursos de graduação da UFMG; possibilidades de adaptações ao ERE, buscando oferecer referências de organização e planejamento de ensino e recomendações sobre as tecnologias disponíveis para sua realização no ERE; e uma seção dedicada à discussão dos princípios norteadores para o processo de ensino-aprendizagem no

contexto de ERE, apresentando os subsídios teóricos sobre concepções de ensino-aprendizagem, avaliação e tecnologias digitais no ensino.

Considerando o compromisso da Universidade com a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), em parceria com diversas instâncias da UFMG, também elaborou um guia, intitulado “Recomendações para promoção da acessibilidade no ensino não presencial”, visando subsidiar os docentes a organizarem suas práticas de ensino no sentido de garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência.

Em 03 de agosto de 2020, aconteceu o reinício do primeiro período letivo de 2020 (2020/1), uma vez que quase três semanas já haviam sido cumpridas para o mesmo antes da pandemia. Esse retorno foi precedido por quatro meses de muito diálogo entre os diversos segmentos da Universidade, intenso investimento para a oferta de processos de formação e acompanhamento dos movimentos de outras Universidades. O ERE foi a alternativa possível para a retomada do ano letivo, garantindo a continuidade do processo ensino-aprendizagem dos estudantes nos 91 Cursos de graduação da UFMG. Cerca de 92% das turmas de atividades acadêmicas curriculares (teóricas, práticas e teórico-práticas) cuja oferta teve início em março de 2020 foram adaptadas para o ERE em agosto de 2020. Houve cancelamento de 12,5% das turmas práticas previstas para 2020/1. Para as turmas teórico-práticas, esse cancelamento foi de 10% e, para as teóricas, foi somente de 1,8%.

Diante de um cenário de tantas incertezas, ficou evidente que seria imprescindível muita flexibilidade, colaboração e apoio mútuo entre docentes e discentes. Conforme previsto, foi necessário um esforço coletivo e individual dos docentes para um planejamento minucioso do processo de ensino-aprendizagem com atenção para a forma como seria estabelecida a mediação pedagógica e tecnológica entre estudantes, professores e conhecimento (UFMG, 2020).

Após seis meses de suspensão das atividades presenciais, foi aprovada, em setembro de 2020, a primeira versão do Plano para o retorno presencial de atividades não adaptáveis ao modo remoto, elaborado a partir da assessoria técnica-científica do Comitê de Enfrentamento do Novo Coronavírus e dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento

designada pelo Conselho Universitário da UFMG. No entanto, durante todo o ano letivo de 2020, em função das restrições determinadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, apenas os Cursos da área da Saúde obtiveram autorização para oferta de atividades acadêmicas presenciais, direcionada exclusivamente para disciplinas práticas ou com atividades assistenciais. Assim, no segundo período letivo de 2020, houve oferta presencial de algumas turmas de atividades práticas para esses Cursos, contribuindo para aumento de 4,8% de turmas com carga horária prática ofertadas em 2020/2 em comparação a 2020/1.

Cabe destacar que a Pró-reitoria de Graduação procurou divulgar sistematicamente as diretrizes e resoluções estabelecidas, por meio de ofícios e outros documentos, interações pelo Moodle e outros canais, e pela manutenção de uma agenda intensificada de reuniões e contatos com os coordenadores de Colegiados de Cursos de Graduação e Chefes de Departamentos Acadêmicos para esclarecimento de dúvidas e sensibilização.

O Programa Integração Docente

O Programa Integração Docente foi instituído em abril de 2020 com o objetivo de apresentar as principais ferramentas e metodologias utilizadas pelo ensino a distância à comunidade acadêmica e responder à demanda de formação dos docentes, discentes e TAEs da UFMG para atuação no ERE. Coordenado pela Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (Giz) da Prograd, pelo Centro de Apoio à Educação a Distância (Caed) e pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), o Programa conta com a parceria de diversos órgãos e instâncias da UFMG, como o NAI, a PRAE, o Centro de Comunicação da UFMG (Cedecom) e a Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC), que reuniram as suas competências para oferecer, aos docentes da Universidade, fóruns, oficinas, Cursos, webinars e outras ações virtuais de apoio ao uso de tecnologias digitais no ensino.

Tendo completado 15 meses, o Programa já havia promovido 19 fóruns e 12 webinars para toda comunidade da UFMG e público externo interessado e ofereceu atividades formativas a professores e estudantes, por meio de oficinas e miniCursos. Também foram publicados, no *site*

do Programa, diversos tutoriais e guias, na maior parte elaborados por docentes da UFMG. Ao longo desse período, o Programa consolidou-se como um espaço de formação, diálogo, troca de experiências e discussão sobre as práticas de ensino. Nesse sentido, o CEPE aprovou a inclusão de datas nos calendários escolares de 2021 e de 2022 para que fossem realizados os Seminários Integração Docente. O objetivo desses seminários é que sejam instituídos, em cada período letivo, momentos para o fortalecimento da cultura de autoavaliação, planejamento e trabalho coletivo no cotidiano das Unidades, articulando professores, estudantes e TAEs em torno do ensino de graduação, buscando o seu contínuo aprimoramento. A expectativa é que essa iniciativa permaneça nos calendários dos próximos anos, constituindo-se em um espaço/tempo marcado para o ensino.

Ao mesmo tempo, as articulações das instâncias envolvidas no Programa continuam a oferecer as ações formativas e a promover a socialização das experiências de ensino realizadas nos diversos Cursos, as quais têm enriquecido as práticas pedagógicas e ampliado o cenário educativo no cotidiano da Universidade.

Avaliação e Monitoramento do ERE

As diretrizes aprovadas pela CG previam a execução de um processo de avaliação e monitoramento do ERE que deveria ocorrer em diferentes momentos, sendo indispensável no meio e ao final do período letivo. O monitoramento deveria ocorrer em três níveis: no nível da atividade acadêmica curricular, sob responsabilidade do docente; no nível do Curso de graduação, sob responsabilidade do Colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE) e no nível da Universidade, sob responsabilidade da Câmara de Graduação em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação da UFMG (CPA). O objetivo desse processo seria oferecer dados e subsídios para o planejamento das próximas etapas do ERE e para a melhoria das práticas adotadas, sempre em ação reflexiva e crítica e conforme a cultura de autoavaliação da UFMG.

Diversos Colegiados de Curso de graduação e seus respectivos NDE conduziram processos internos de avaliação e monitoramento e uma Comissão instituída pela Câmara de Graduação, apoiada pela Diretoria

de Avaliação Institucional (DAI), coordenou o processo no nível institucional, planejado para ser realizado em três fases, envolvendo docentes, TAE e discentes.

A primeira fase, considerada exploratória, consistiu em um questionário enviado aos Colegiados de Cursos de Graduação que foram responsáveis pelos contatos com os três segmentos da comunidade acadêmica. A consulta obteve participação de 75 dos 78 Colegiados de Curso, que tiveram acesso a 2.162 docentes (68% do total), 8.294 estudantes (26%) e 436 servidores TAE que atuam na graduação, demonstrando a adesão dos Colegiados à proposta, devendo ser destacado que muitos Cursos conseguiram mobilizar parcelas significativas de suas comunidades.

Os resultados dessa etapa demonstraram uma avaliação positiva em relação à experiência com o ERE, pois os respondentes se disseram satisfeitos, em sua maioria, ainda que tenham citado dificuldades de diversas naturezas.

Entre os relatos de boas práticas apontados pelos três segmentos, destacam-se: o trabalho colaborativo e em equipe, o compartilhamento de experiências, a adoção de novas estratégias de ensino, descoberta e uso de novas ferramentas tecnológicas, melhoria do material didático utilizado nas disciplinas, processos avaliativos mais distribuídos e variados, o suporte da UFMG aos discentes para aquisição de equipamentos, e as atividades promovidas pela Universidade para discutir o ERE. Em relação às dificuldades, foram citados: inexperiência e necessidade de apoio/formação para utilização de recursos tecnológicos, gastos com aquisições de equipamentos, dificuldade para conciliar o tempo e espaço doméstico com trabalho/estudo, estresse/sobrecarga, falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e questões relacionadas à interação entre docentes e discentes.

A segunda fase do monitoramento teve como objetivo sistematizar as informações sobre o ERE no primeiro período letivo de 2020, por meio da aplicação de três questionários, um para cada segmento da comunidade acadêmica: discentes, servidores docentes e TAE. Os questionários, elaborados com perguntas baseadas nos dados coletados durante a primeira fase do processo, foram enviados nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, caracterizando assim a avaliação do final do período letivo. Nessa segunda fase, também houve boa adesão ao

processo e aproximadamente 15 mil pessoas responderam à consulta, sendo 1.712 docentes (48% do total), 12.303 estudantes (41%) e 996 servidores técnico-administrativos (24%).

Na terceira fase foram triangulados os dados da segunda fase com aqueles produzidos rotineiramente pelo de Setor de Estatística da Prograd. Cabe destacar que as análises foram feitas na perspectiva do ensino remoto e não para estabelecer comparações com o ensino presencial. O relatório final, com os resultados das três fases, apresentou análises relativas aos dados gerais da Universidade, mas também disponibilizou dados específicos por Curso para que os Colegiados pudessem consultar e efetuar suas próprias avaliações.

Os resultados obtidos trouxeram informações valiosas. De acordo com as conclusões apresentadas no Relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação do ERE nos Cursos de Graduação da UFMG, os dados indicaram consolidação de acesso e uso de equipamentos tecnológicos e Internet para o ensino em decorrência da implementação do ERE, contribuindo para a inclusão digital. A proposta do ERE teve ampla adesão de professores e estudantes, explicitando esforço e investimento, caracterizado como sobrecarga por esses sujeitos. Para se adequarem ao ERE, os docentes reavaliaram os planos de ensino, adequando seus conteúdos, metodologia e formas de avaliação, buscando por metodologias e recursos didáticos e incorporando alternativas de ensino que contemplavam a comunicação mediada pelas tecnologias digitais. Entretanto, essa produção intensificada de recursos e atividades foi percebida pelos estudantes como excesso de atividades e exigência de mais tempo de dedicação aos estudos. Esses relatos parecem indicar a necessidade de readequação dessa produção inicial aparentemente excessiva, realizada em um momento emergencial, para uma produção qualificada do ponto de vista pedagógico, considerando que ainda não há perspectiva de retorno imediato e amplo ao ensino presencial.

Em relação aos processos avaliativos, considerando a recomendação da CG de que fosse adotada a concepção de avaliação formativa e a diversificação das formas de avaliação, repensar os procedimentos constituiu-se em um desafio para os docentes. No entanto, a partir das respostas aos questionários, foi possível inferir que houve mudança nesses processos entre o início do período letivo e o final, uma vez que

a percepção dos estudantes foi mais positiva em relação aos métodos e tempo para realização das avaliações nas respostas da segunda fase, quando comparadas com as respostas da primeira fase.

Deve ser destacado que também foram avaliados aspectos relativos aos desafios observados à relação professor-estudante no ERE, à saúde física e mental da comunidade da UFMG e condições de acessibilidade para estudantes com deficiência.

A análise desses resultados, detalhados no relatório final, demonstra que a comunidade universitária, diante de condições desafiadoras e muitas vezes adversas, que afinal eram esperadas, se mobilizou, encontrou alternativas e desenvolveu experiências exitosas. Mas, também indicam a necessidade de fortalecimento das redes de apoio mútuo e institucional, da implementação de ações de promoção da saúde da comunidade acadêmica, de formação permanente para docentes e TAEs, e de acompanhamento dos estudantes em suas condições de estudos.

Além da avaliação realizada pela Comissão, a Prograd, com apoio da Coordenação de Sistemas Acadêmicos, realizou uma análise comparativa dos seguintes indicadores do ensino de graduação antes e durante o ERE: número de turmas ofertadas, número de concluintes, número de trancamentos totais e parciais de matrícula e número de desligamentos.

Em comparação a 2019, observou-se uma redução (7,6% e 6,9% para 2020/1 e 2020/2, respectivamente) no número total de turmas ofertadas para os três tipos (teórica, prática e teórico-prática), especialmente para as turmas práticas (12,8% e 8,6% para 2020/1 e 2020/2, respectivamente) para os dois períodos letivos de 2020. O número total de concluintes em 2020/1 foi 6,4% menor do que a média do mesmo número para os períodos letivos 2018/1 e 2019/1, guardando semelhança com o percentual de redução de turmas ofertadas durante o ERE. Considerando as dificuldades impostas pela pandemia, avalia-se que o esforço coletivo para implantação do ERE permitiu mitigar os efeitos na integralização dos Cursos.

Por um lado, observou-se aumento no número de trancamentos de matrícula realizados pelos estudantes de graduação. Em 2020/2, 8,6% do total de estudantes de graduação da UFMG realizaram trancamento total de matrícula, ao passo que, em 2020/1, esse percentual foi de 6,1%. No ano letivo anterior (2019) à implantação do ERE, 4,6% dos estudantes de

graduação realizaram trancamento total de matrícula. Por outro lado, o número médio de desligamentos por indicadores de desempenho (NSG e RSG) insuficientes em 2020 (quando o ensino ocorreu segundo ERE) é praticamente a metade do mesmo indicador para 2019. Em 2020, de acordo com flexibilizações de regime acadêmico previstas pela Resolução CEPE No 02/2020, não houve desligamento por infrequência e nem por exceder ao tempo máximo de integralização.

Considerações finais

Em um contexto de poucas referências teóricas e sem um modelo a ser seguido, a implementação do ERE na UFMG foi precedida de um processo de planejamento coletivo e ancorada no diálogo e compartilhamento de experiências entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Conforme consta no Relatório da Comissão de Monitoramento, pode-se afirmar que o cenário da pandemia representou uma oportunidade ímpar e desafiadora para os docentes repensarem suas metodologias de ensino. Esse processo colaborativo resultou em avanços na direção de uma concepção de “integração docente” compreendida como atitude necessária para o ensino de graduação, que extrapola os tempos da pandemia e a condição de um programa, podendo contribuir efetivamente para a excelência do ensino de graduação sem perder de vista sua relevância social.

Diversas iniciativas articuladas pelos órgãos da Administração Central, Colegiados, NDEs, Departamentos Acadêmicos e docentes envolvidos com o ensino de graduação, incluindo aquelas que já aconteciam antes da pandemia, ganharam visibilidade durante esse período e a expectativa é de que haja continuidade desse movimento para além do ERE.

As análises realizadas durante o processo de monitoramento do ERE ressaltaram a importância de manter sua distinção em relação a qualquer modalidade formal de ensino, reiterando o seu caráter emergencial e transitório. No entanto, a experiência acumulada será fundamental para o planejamento do retorno gradual às atividades presenciais, mantendo o compromisso com os princípios estabelecidos pela CG: segurança, equidade e qualidade.

Referências

UFMG. Universidade Federal De Minas Gerais. Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Ofício Circular N° 5/2020/Prograd-GAB-UFMG*. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/Prograd/Prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Publicacoes/Oficios-Circulares-Comunicados-e-Informacoes/2020>. Acesso em 29 jun. 2021.

UFMG. Universidade Federal De Minas Gerais. *Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ofício N° 27/2020/Prograd-SAD-UFMG Síntese das reflexões e recomendações da Câmara de Graduação*. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/Prograd/Prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Publicacoes/Oficios-Circulares-Comunicados-e-Informacoes/2020>. Acesso em 29 jun. 2021

UFMG. Universidade Federal De Minas Gerais. Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução No 05/2020, DE 12 DE JULHO DE 2020. *Estabelece diretrizes sobre processos avaliativos e aferição de assiduidade para o Ensino Remoto Emergencial dos Cursos de graduação da UFMG*. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/Prograd/Prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Publicacoes/Resolucoes-da-Camara-de-Graduacao/2020>. Acesso em 29 jun. 2021.

UFMG. Universidade Federal De Minas Gerais. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução No 02/2020, de 9 de julho de 2020. *Regulamenta o ensino remoto emergencial para os Cursos de graduação da UFMG durante período de pandemia da doença covid-19*. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em 29 marc. 2021.

UFMG. Universidade Federal De Minas Gerais. *Plano para o retorno presencial de atividades não adaptáveis ao modo remoto na UFMG*. Disponível em: https://ufmg.br/storage/5/6/0/5/5605bbca05ab100a6f9946f7e5402855_16237752621319_1639181798.pdf. Acesso em 29 jun. 2021.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Integração Docente. *Histórico*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/integracaodocente/proposta/>. Acesso em 29 jun. 2021.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Graduação. *Comissão de Monitoramento e Avaliação do Ensino Remoto Emergencial nos Cursos de Graduação da UFMG*. Relatório Final. Março de 2021.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. *Pró-Reitoria de Graduação. Avaliação do ERE nos Indicadores de Graduação*. Maio de 2021.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Graduação. Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos Cursos de Graduação da UFMG. Integração Docente: ações formativas para as práticas pedagógicas. *Comissão Monitoramento e Avaliação*. Belo Horizonte, Julho 2020a, 38 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/integracaodocente/wp-content/uploads/2020/07/ENSINO-REMOTO-2907.pdf>. Acesso em 29 jun. 2021.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Graduação. Recomendação para a promoção da acessibilidade no Ensino Remoto Emergencial (ERE). Integração Docente: ações formativas para as práticas pedagógicas. *Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI*. Belo Horizonte, Julho 2020c, 32 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/integracaodocente/wp-content/uploads/2020/07/recomendacoes-acessibilidade-ver2807f1.pdf>. Acesso em 29 jun. 2021.